

Iniciativa popular tem prazo até dia 13

RITA TAVARES

Repórter da Sucursal de Brasília

A sociedade civil entregará toneladas de papel ao Congresso constituinte no próximo dia 12 de agosto. Para marcar presença e ganhar espaço político, as entidades que estão recolhendo assinaturas para entregar emendas de iniciativa popular ao anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, marcarão uma data conjunta para ir até Brasília e encaminhar dezenas de propostas aos parlamentares.

A "Articulação Nacional de Entidades para Mobilização Popular na Constituinte" escolheu o dia 12 para que a entrega das emendas coincida com a greve geral, que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) está convocando para o mesmo dia. Abrigando quase cinquenta entidades da sociedade civil e sindicatos de trabalhadores, a Articulação esforçou-se, ao máximo, para coincidir as datas.

A princípio, o prazo para encaminhamento de emendas esgotava-se no dia 15, mas foi antecipado para o dia 13. Com isso, muitas entidades preferiam entregar as propostas no dia 5. Na última quarta-feira, porém, a CUT definiu a greve para o dia 12, rachando com a CGT; que não concorda com esta data e ainda não definiu seu próprio calendário.

Se a greve geral fosse transformada em uma "jornada de mudanças"

com o apoio das duas centrais sindicais, as entidades ligadas à Igreja, não seriam contrárias à coincidência das datas e participariam do ato promovido pela Articulação. Como isso não ocorreu, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entregará suas emendas ao Congresso constituinte no próximo dia 29. São quatro emendas, subscritas por oitocentas mil pessoas, que tratam de educação, família, liberdade religiosa e ordem econômica.

"Foi um reconhecimento pelos partidos políticos da importância da sociedade civil no processo de redemocratização", diz o jurista Miguel Reale Júnior, assessor do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, ao avaliar o peso das emendas populares na feitura da nova Constituição.

Nenhuma experiência semelhante ocorreu nos países que redigiram suas Constituições recentemente. Na Itália, foi criado um Ministério da Constituição durante a fase que antecedeu os debates e a redação do projeto constitucional, mas o processo se esgotou com o início dos trabalhos parlamentares. A intervenção da sociedade não foi direta.

Embora a emenda popular tenha tramitação semelhante a qualquer emenda apresentada por um constituinte, as entidades que a encaminharam terão direito a vinte minutos

para expor suas idéias ao plenário do Congresso constituinte.

O peso da emenda popular pode ser avaliado pelas previsões feitas pelos principais coordenadores da Articulação. Ninguém duvida que a proposta de "Reforma Agrária e Política Agrícola", patrocinada com maior intensidade pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), será a campeã de adesões. O objetivo é reunir seis milhões de assinaturas. Concorrendo no mesmo páreo, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), vice-líder do PT no Congresso constituinte, aponta a emenda que trata dos direitos dos trabalhadores e a que estabelece formas e instrumentos para participação popular.

"Não temos dinheiro para trazer milhares de pessoas a Brasília, mas as emendas mostram a força real do país", diz Plínio, numa referência indireta à União Democrática Ruralista (UDR), que promoveu uma passeata com quarenta mil pessoas há menos de dez dias, em Brasília. Embora mantenha sigilo e não revele seus números, a UDR também estaria preparando uma estrondosa emenda popular, assegurando o direito à propriedade. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também estaria articulando uma defesa da livre-iniciativa com milhares de assinaturas.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral

(PMDB-AM), um dos primeiros signatários da proposta que concedeu a possibilidade de iniciativa de emendas às entidades sociais, afirma que as propostas serão "um reforço" para algumas idéias contidas no anteprojeto da Comissão de Sistematização. Cabral disse que pretende analisar detalhadamente até mesmo as emendas rejeitadas. Apenas as propostas que não cumprirem os critérios estabelecidos, não serão aceitas. Mesmo assim, 56 constituintes poderão apresentar um recurso ao plenário, solicitando o aproveitamento da sugestão.

Até o dia 13 de agosto, o Congresso constituinte estará recebendo emendas de iniciativa popular. Cada proposta poderá tratar apenas de um assunto e deverá ser apresentada, no mínimo, por três entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas.

O eleitor poderá assinar apenas três propostas de emenda popular. Para que o documento seja válido, é necessário enviar junto à assinatura do eleitor, seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores do título eleitoral.

Em São Paulo, o interessado em assinar uma emenda popular pode procurar a Sala da Constituinte, na Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco (na região central de São Paulo).

AS PROPOSTAS DE INICIATIVA POPULAR

Proposta:	Entidades:	Proposta:	Entidades:
PARTICIPAÇÃO POPULAR		EDUCAÇÃO — 2	
Assegura a iniciativa popular da lei, no processo legislativo, mediante proposta subscrita por setenta mil eleitores no mínimo. Possibilita também a qualquer cidadão propor diretamente ação de inconstitucionalidade de lei ou ato de poder público.	Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira de Apoio à Participação Popular na Constituinte, Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e mais quatro entidades.	O Estado deverá dar apoio técnico e financeiro somente às escolas que, não sendo públicas, sejam de natureza "não lucrativa". A proposta defende ainda o ensino religioso, como parte integrante de uma educação plena.	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação de Educação Católica do Brasil e Cáritas.
REFORMA AGRÁRIA, POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA		ESCOLAS COMUNITÁRIAS	
Não será permitido que um único proprietário seja dono de terras cuja extensão ultrapasse sessenta módulos regionais. A reforma agrária deve distribuir as terras ociosas para quem as torne produtivas. O governo deverá destinar 5% da receita prevista no orçamento da União para um Fundo Nacional de Reforma Agrária.	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e mais doze entidades.	O Estado garante a criação de uma escola pública alternativa em interação com seu contexto sócio-cultural, auto-gerida, organizada com o apoio de entidades populares representativas das comunidades carentes e/ou minoritárias. O Estado fornece material, serviço médico-odontológico e alimentação. Estas escolas receberiam 20% das verbas destinadas à educação.	Movimento de Defesa dos Favelados, Movimento Negro Unificado, Comissão de Justiça e Paz de Salvador e Centro de Cultura Popular.
DIREITO DOS TRABALHADORES		DIREITOS DA FAMÍLIA	
A Constituição assegurará participação direta nos lucros ou na faturamento da empresa aos trabalhadores. Além de uma jornada de trabalho de quarenta horas, a proposta sugere seguro desemprego e aposentadoria aos trinta anos de trabalho para o homem e aos 25 para a mulher. O valor do salário-família sobe para 20% do salário mínimo por filho ou dependente menor de quatorze anos.	Central Geral dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e outras dezoito entidades.	O Estado garantirá "estabilidade e condições para o desempenho" da família, "constituída pelo matrimônio indissolúvel". Não será permitido o aborto deliberado, a eutanásia e a tortura.	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cáritas e Associação de Educação Católica do Brasil.
DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO		DIREITOS DO MENOR	
Os veículos de comunicação terão de ser explorados apenas por sociedades ou fundações sem fins lucrativos e os administradores terão de ser brasileiros natos. O direito de revogar, outorgar ou renovar as concessões para o uso dos meios de comunicação será do Conselho Nacional de Comunicação, a ser criado.	Federação Nacional dos Jornalistas, os sindicatos de jornalistas de todo o país, Central Única dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores e mais sete entidades.	O jovem, menor de dezoito anos, não poderá ser preso ou mantido sob custódia por autoridade administrativa ou policial. O Estado deverá garantir gratuitamente, às famílias que desejarem, a educação e a assistência às crianças de zero a seis anos. Ao menor que trabalhe será garantido um salário mínimo integral e uma jornada de trabalho compatível com o horário escolar.	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Serviço Nacional de Justiça e Não Violência.
REFORMA URBANA		DIREITOS DA MULHER	
A emenda trata de temas como a garantia de acesso por parte da população à moradia, transporte, saneamento, energia elétrica e iluminação pública. A proposta é dividida em: "direitos urbanos", "propriedade imobiliária urbana", "política habitacional", "transportes e serviços públicos" e "gestão democrática da cidade".	Federação Nacional dos Engenheiros, Federação Nacional dos Arquitetos, Coordenação Nacional dos Mutuários, Movimento de Defesa do Favelado e Instituto dos Arquitetos do Brasil.	Ficaria assegurada a proibição contra qualquer forma de discriminação. Ficaria proibida a diferença de salários entre homens e mulheres, que exercerem a mesma função. A mulher teria assegurada a liberdade para determinar o número de filhos que deseja.	Associação Comunitária de São Bernardo do Campo, Associação Nacional dos Empregados Domésticos, Rede Mulher, SOS Corpo e outras três entidades.
ORDEM ECONÔMICA — 1		NAÇÕES INDÍGENAS	
São apenas dois artigos. Um diz que toda a organização econômica deve fundamentar-se no reconhecimento da primazia do trabalho sobre o capital. O outro estabelece que ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social. O imóvel que não cumprir com sua obrigação social será desapropriado por interesse social.	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cáritas Brasileira e Movimento de Educação de Base.	Todas as riquezas naturais que estiverem dentro das terras indígenas serão de propriedade dos índios, inclusive as riquezas do subsolo. Ficaria proibida a remoção das nações indígenas de suas terras. O índio seria considerado cidadão brasileiro, mas com nacionalidade diferente, ou seja, a nacionalidade indígena seria respeitada.	Conselho Indigenista Missionário, Associação Nacional de Apoio ao Índio, Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Operação Anchieta. Uma segunda proposta muito parecida é apoiada pela Associação Brasileira de Antropologia, Coordenação Nacional dos Geólogos e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
ORDEM ECONÔMICA — 2		LIBERDADE RELIGIOSA	
Apenas o Estado explorará as atividades relacionadas ao sistema financeiro. As jazidas, minas e demais recursos minerais são objeto de propriedade da União e devem ser explorados e administrados direta ou indiretamente pela União. Ainda há a defesa das estatais na exploração das atividades de interesse público.	Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Comissão Pastoral da Terra.	As entidades sugerem que a nova Constituição seja "promulgada sob a invocação do nome de Deus". Ficaria garantido o direito à "livre opção de concepções religiosas, filosóficas ou políticas". O Estado deverá manter assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva.	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação de Educação Católica do Brasil e Cáritas.
ARMAS NUCLEARES		DÍVIDA EXTERNA	
Fica proibida a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no Brasil, assim como a participação do país em projetos que visem o desenvolvimento ou uso dessas armas. O Brasil também se comprometerá num esforço continuado pelo desarmamento nuclear mundial.	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Uma segunda proposta semelhante a esta é defendida pela Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, Assembléia de Entidades de Defesa do Meio Ambiente no Estado de São Paulo e Oikos — União dos Defensores da Terra.	Fica suspenso o pagamento da dívida externa e seus respectivos juros por tempo indeterminado. O Congresso Nacional deverá realizar uma rigorosa auditoria sobre a dívida externa e as condições em que foi contraída.	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, União da Juventude Socialista, União Nacional dos Estudantes e mais 22 entidades.
FORÇAS ARMADAS		SISTEMA ELEITORAL	
Restringe a atuação das Forças Armadas à defesa militar do país contra a agressão externa e da integridade do território nacional. As Forças Armadas ficarão proibidas de intervir na vida política do país.	União da Juventude Socialista, União Nacional dos Estudantes e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.	O voto será universal, direto, secreto e pelo sistema proporcional para os cargos eletivos.	União da Juventude Socialista, Icop e Confederação Nacional das Associações de Moradores.
EDUCAÇÃO — 1		ORGANIZAÇÃO SINDICAL E DIREITO DE GREVE	
O Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito quer garantir ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade. A União deve aplicar 13% e os Estados 25% da receita tributária na manutenção e desenvolvimento dos sistemas oficiais de ensino.	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Central Única dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes e mais oito entidades.	Será livre a associação sindical de trabalhadores e de serviços públicos. Nenhuma entidade sindical poderia sofrer intervenção, ser suspensa ou dissolvida pela autoridade pública.	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, FASUBRA e Fenasps.